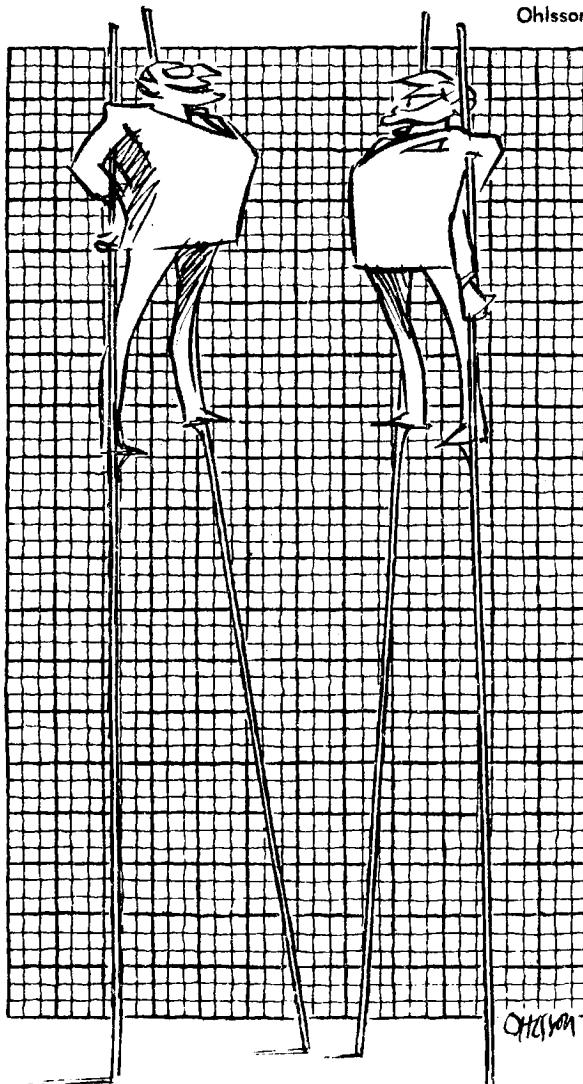


As reformas que a economia ^{Brazil} está exigindo agora

Maurício de Andrade Ramos



O Brasil vive momentos de incertezas e de preocupação. Todos os brasileiros, sem exceção, se indagam como será o amanhã: Terá o Brasil condições de honrar seus compromissos externos? Terá o Governo condições de honrar seus débitos internos? Aumentará o número de desempregados?

Todos procuram imaginar como seria possível deixar de responder negativamente às duas primeiras indagações e positivamente à última. Parece-me que as explicações apresentadas pelas autoridades econômicas têm, quase sempre, procurado justificar nossas dificuldades como consequência das dificuldades externas: a crise do petróleo, o protecionismo comercial das nações desenvolvidas e as altas taxas de juros no exterior.

Não tive a oportunidade de ouvir nenhuma dessas autoridades explicar *como* as mencionadas dificuldades externas são responsáveis pelo gigantismo da intervenção estatal em nossa economia, pela brutal carga tributária carregada por aqueles que produzem (empresas e assalariados), pelo desmesurado crescimento populacional brasileiro e sua pior consequência, o crescimento descontrolado das principais cidades brasileiras.

Acredito que qualquer programa de recuperação da economia brasileira terá que incluir, entre outros tópicos, o equacionamento desses problemas e não creio, sinceramente, que qualquer influência poderá vir do exterior, negativa ou positiva, para suas soluções. São problemas nacionais, irremediavelmente brasileiros, e como tais terão que ser tratados.

O Governo Figueiredo identificou a intervenção estatal como uma doença que precisa ser curada. O tratamento, porém, que a ela tem sido ministrado é tímido. Talvez porque o diagnóstico seja falho. Estão tratando um câncer com água de flor de laranjeira. É muito provável que a única solução seja a cirurgia radical.

Na situação a que chegou o estatismo industrial e comercial brasileiro penso que a única solução para o problema é a mais óbvia: nossa legislação terá que ser modificada, ou adaptada, para permitir que os credores das empresas estatais possam, legalmente, fazer valer seus direitos, protestando os títulos não pagos e requerendo a falência das empresas insolventes.

Também, da mesma forma como ocorre nas empresas privadas, os acionistas controladores e os dirigentes das empresas estatais terão, legalmente, a responsabilidade pelo malogro das empresas, por ele respondendo com o seu patrimônio. Adotada essa solução, teremos a cura para o câncer do estatismo empresarial.

No tocante à carga tributária, parece-me que ela decorre, como uma metástase, da doença do estatismo empresarial: os que realmente produzem têm que pagar pela ineficiência dos que não produzem. Acontece que chegamos ao ponto em que a galinha dos ovos de ouro está prestes a ser morta: a contração da economia abalada pelos altos juros e sobrecarga fiscal provoca a diminuição das receitas, o aumento das despesas, a insolvência e o desemprego.

Então, cada vez menos pessoas e empresas terá o leão (como tragicamente se autodenomina o Fisco) para devorar. A continuar como está, em breve, o seu enorme apetite não terá como ser saciado.

Creio que a forma de solução para este problema é, também, óbvia: para aumentar a receita do Fisco, sem sacrificar os contribuintes, terá que aumentar o número de contribuintes mediante um aumento de suas receitas, e, consequentemente, do número de empregos, através de uma diminuição dos impostos! Ainda, o Fisco deverá possibilitar, mediante uma adequada anistia fiscal, que os contribuintes ainda vivos assim permaneçam. Como consequência dessa medida, haverá maiores recursos, nas mãos dos que produzem, para investimento e consumo, possibilitando, logo, a geração de novos empregos.

O terceiro dos problemas mencionados é, talvez, o mais complexo e de difícil solução. Entretanto, quando algo não é deseável, ou é arriscado, é prudente não ser estimulado. Talvez o estudo de um programa brasileiro de planejamento familiar, a ser estabelecido pelas autoridades competentes, devesse analisar as consequências, e procurar meios de neutralizá-las, de alguns tópicos de nossa legislação social e trabalhista, que estimulam o grande número de filhos.

Maurício de Andrade Ramos é engenheiro civil, com aperfeiçoamento em Engenharia Econômica. Empresário, diretor superintendente da Área Internacional do Grupo Veplan, é carioca, 51 anos, mora no Flamengo.